ISBN 978-85-5760-001-0

PROJETO DE RESGATE ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ÁREA DE ALAGAMENTO DO RIO MIRINGUAVA

Se você identificar um sítio arqueológico ou souber que algum deles corre perigo de destruição avise para:

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN - PR
iphan-pr@iphan.gov.br
www.iphan.gov.br
(41) 3264-7171

FUNDAÇÃO AROEIRA
aroeira@aroeira.org.br
www.aroeira.org.br
(62) 3565-4141

FUNDAÇÃO AROEIRA

SANEPAR

Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história - UEM

IPHAN 80 ANOS 1937 2017

MINISTÉRIO DA CULTURA

BRASIL GOVERNO FEDERAL

DIÁLOGOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DAS COLÔNIAS LOCALIZADAS PRÓXIMAS À ÁREA DE ALAGAMENTO DA BARRAGEM DO RIO MIRINGUAVA EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR

Ana Paula Moreira Pinto Duarte
José Luiz Lopes Garcia

Foto: Acervo Fundação Aroeira

Foto: http://vrnews.com.br/noticia/

Foto: Wycinanki produzido por Cecilia Holtman

Foto: Acervo Fundação Aroeira

FUNDAÇÃO AROEIRA
2017

DIÁLOGOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DAS COLÔNIAS LOCALIZADAS PRÓXIMAS À ÁREA DE ALAGAMENTO DA BARRAGEM DO RIO MIRINGUAVA EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR

Diálogos sobre o Patrimônio Cultural das Colônias localizadas próximas à Área de Alagamento da Barragem do Rio Miringuava em São José Dos Pinhais- PR

Ana Paula Moreira Pinto Duarte
José Luiz Lopes Garcia

© Fundação Aroeira, Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR)

Projeto Gráfico e Diagramação
Mauro Alves da Rocha

Fotos da Pesquisa
Acervo Fundação Aroeira, 2017.

Cartografia
Saulo Ferreira de Jesus

Colaboradores
Dorman Augusto Fleury Filho
Weslley Moura Oliveira Fernandes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

D812d Duarte, Ana Paula Moreira Pinto
Diálogos sobre o Patrimônio Cultural das Colônias localizadas próximas à área de Alagamento da Barragem do Rio Miringuava em São José dos Pinhais--PR/ Ana Paula Moreira Pinto Duarte, José Luiz Lopes Garcia. -- Goiânia: Fundação Aroeira, 2017.
46 p.; il. 22 cm

ISBN 978-85-5760-001-0

1. Arqueologia - São José dos Pinhais (PR). 2. Patrimônio cultural - Proteção. I. Garcia, José Luiz Lopes. II. Título.

CDU: 902

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida por meio eletrônico, mecânico, fotocópia, microfilmagem, gravação ou outro, sem a expressa permissão do detentor do copyright, conforme a Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.
Impresso no Brasil

Ana Paula Moreira Pinto Duarte
José Luiz Lopes Garcia

DIÁLOGOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DAS COLÔNIAS LOCALIZADAS PRÓXIMAS À ÁREA DE ALAGAMENTO DA BARRAGEM DO RIO MIRINGUAVA EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR

Fundação Aroeira,
2017.

FUNDAÇÃO AROEIRA

Diretor Presidente
Monsenhor Daniel Lagni

Diretor Administrativo e Financeiro
Prof. Dorman Augusto Fleury Filho, Ms.

Secretário Executivo
Weslley Moura Oliveira Fernandes

Gerente de Secretaria/Secretária
Viviane Cintra Lagares

Recepcionista
Nádla Belga

Gerente Administrativo
Brunno Leonardo de Tolêdo

Equipe
Giana Kharly
Luís Carlos de Moura Vasconcelos

Contabilidade e Tesouraria

Gerente Contábil
Wallyson Ribeiro de Sousa

Equipe
Suellen Ribeiro Loureiro

Divisão de Projetos, Controle e Tecnologias
Ana Paula Moreira Pinto Duarte
Fabiana Dourado dos Santos
Francesco Palermo Neto
Luiz Fernando Silva Taborda
José Luiz Lopes Garcia Luiz
Rosiclér Theódoro da Silva
Saulo Ferreira de Jesus

SANEPAR

Diretor Presidente
Mounir Chaowiche

Diretor de Investimentos - DI
João Martinho Cleto Reis Junior

Diretor de Meio Ambiente e Ação Social – DMA
Glauco Machado Requião

Equipe Técnica

Gerente da Unidade de Serviço de Projetos e Obras – Curitiba - USPOCT/DI
Anderson Presznhuk

Engenheiro Responsável - USPOCT/DI
Mario Emilio Samways

Fiscal de Obras- USPOCT/DI
Leroí José Pereira

Gerente da Unidade de Serviço de Educação Socioambiental – USEA/DMA
Lilian Pérsia de Oliveira Tavares

Coordenadora de Educação Socioambiental – USEA/DMA
Carmem Regina de Brito Muller

Gestora Socioambiental – USEA/DMA
Daisy Mara Jayme Maia

Técnico Socioambiental – USEA/DMA
Irineu Bomfim

Fiscalização Socioambiental – USEA/DMA
Mauricio Ribeiro de Lima

Coordenador de Patrimônio Histórico - USEA/DMA
Junio Ferreira Lima

Gerente da Unidade de Gestão Ambiental – USGA/DMA
Solange Bostelmann Serpe

Coordenadora de Gestão Ambiental – USGA/DMA
Megrith Giacomel Brunetto

Gestora Ambiental – USGA/DMA
Adriana de Souza Trigo Santos

Engenheiro Ambiental – USGA/DMA
Aurélio Lourenço Rodrigues

Técnica Ambiental – USGA/DMA
Lucianna Ribeiro Gomes

PROGRAMA DE RESGATE ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA ÁREA DE ALAGAMENTO DO RIO MIRINGUAVA – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

GESTORES TÉCNICOS DO PROJETO
Fabiana Dourado dos Santos
Weslley Moura Oliveira Fernandes

COORDENADOR GERAL
José Luiz Lopes Garcia

ORGANIZAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL
Ludmilia Justino de Melo Vaz

COORDENADOR DE CAMPO
Felipe Roger Alves Glória

CARTOGRAFIA / DADOS GEOGRÁFICOS
Saulo Ferreira de Jesus

LEVANTAMENTO HISTÓRICO CULTURAL / EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
Ana Paula Moreira Pinto Duarte
Mana Rosa Marques

COORDENAÇÃO DE LABORATÓRIO
Ludimilia Justino de Melo Vaz

PESQUISADORES DO LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA
Felipe Roger Alves Glória
Victor Alexandre Gomes de Brito

SUMÁRIO

Apresentação 9

Introdução 11

1. O que é Patrimônio Cultural 13

2. As medidas de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil 17

3. O Patrimônio Cultural das Colônias localizadas próximas à área de alagamento da Barragem do Rio Miringuava 23

3.1 O Município de São José dos Pinhais 23

3.2 As Colônias Localizadas próximas à área de abrangência da Barragem do Rio Miringuava 26

4. O Patrimônio Arqueológico das Comunidades Localizadas Próximas à Área de Alagamento da Barragem do Rio Miringuva 33

Conclusão 41

Referências Bibliográficas 43

APRESENTAÇÃO

Os estudos e resgates arqueológicos em áreas de grandes obras de engenharia são necessários para garantir a integridade do patrimônio cultural da área, conforme determina a Portaria 230/02 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Desta forma, a existência de vários sítios arqueológicos na área do empreendimento Miringuava ou Barragem do Miringuava foi evidenciada por meio dos estudos ambientais EIA/RIMA, elaborado no ano de 2002.

Os Estudos complementares do EIA/RIMA, realizados em 2011, contemplaram no Projeto Básico Ambiental – PBA, documento que compõe o licenciamento, o Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico com o objetivo de resguardar o Patrimônio Cultural material de possíveis impactos da execução da obra e da formação do reservatório.

Nesse contexto, os estudos e resgates do patrimônio arqueológico, composto por sítios e vestígios materiais produzidos nas atividades humanas ancestrais e o conhecimento do patrimônio cultural de cada uma das Colônias instaladas em partes da Bacia do Miringuava, nos arredores da Barragem do Miringuava, possibilitaram a ampliação da transversalidade com os demais projetos contemplados para o empreendimento, principalmente, com o Projeto de Educação Socioambiental e Comunicação Social.

Portanto, considerando a relevância do presente trabalho, este será utilizado, junto com as outras ações realizadas, com os agricultores, moradores, alunos, professores e toda comunidade da Bacia do Miringuava, assim como a população são-joseense.

Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar

INTRODUÇÃO

Promover diálogos sobre o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural é um dos objetivos da Fundação Aroeira e da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR). Nesse sentindo, ao se elaborar este livro, teve-se como principal intuito instigar as discussões e a inserção de políticas de preservação das referências e dos patrimônios culturais das Colônias localizadas próximas à área de abrangência do alagamento da Barragem do Rio Miringuava, sendo elas: Murici, Gamelas, Malhada, Avencal, Papanduva da Serra, Saltinho da Malhada, Roda Velha e Antinha.

A construção da Barragem do Rio Miringuava integra o Plano Diretor de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Curitiba, no município de São José dos Pinhais. O empreendimento foi subdividido em duas fases, sendo a Fase I que contempla o maciço e a Fase II que contempla o lago/reservatório e as estradas vicinais (novos acessos). A Fundação Aroeira ficou responsável pela pesquisa arqueológica e Educação Patrimonial da Fase II do empreendimento, que abrange a área do alagamento e a edificação das novas estradas de acesso.

A área prevista de inundação corresponde a 430,67 hectares, e a bacia de drenagem que formará o reservatório está localizada, em sua totalidade, no município de São José dos Pinhais, região Metropolitana de Curitiba, Paraná. O principal curso d'água da bacia é o Rio Miringuava, afluente direto do rio Iguaçu, com sua nascente situada em uma área de transição entre a Serra do Mar e o Primeiro Planalto Paranaense, na localidade de Antinha, e tem sua foz localizada na Colônia Zacarias.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão responsável pela preservação e criação de políticas destinadas a preservação do patrimônio cultural brasileiro, exige que antes e durante a construção de um empreendimento de grande impacto sejam realizadas pesquisas arqueológicas. No caso da área de abrangência do alagamento da Barragem

do Rio Miringuava, a partir da Portaria nº 230 IPHAN, de 17 de dezembro de 2002, foram desenvolvidas medidas que visaram reconhecer e proteger o patrimônio cultural brasileiro, bem como a sensibilização da comunidade sobre a relevância deste trabalho.

Esta publicação foi elaborada com base nas atividades realizadas durante os Projetos de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica e o Projeto de Resgate e Educação Patrimonial na área de alagamento da Barragem do Rio Miringuava. Os projetos tiveram como objetivo identificar e proteger o patrimônio cultural da Área Diretamente Afetada (ADA) pela construção da Barragem do Rio Miringuava, salvaguardando os patrimônios arqueológicos dessa região. Foram realizadas pesquisa *in loco* sobre os patrimônios culturais de São José dos Pinhais e atividades educativas nas Colônias localizadas próximas ao empreendimento, no intuito de informar sobre as ações necessárias quando em contato com os vestígios arqueológicos.

Espera-se que a partir do presente livro surjam reflexões e diálogos sobre o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural de São José dos Pinhais e das Colônias.

1. O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL?

O termo patrimônio passou por inúmeras mudanças. Antes significava somente aquilo que foi herdado pelos pais, hoje por sua vez, existe uma gama de significados. Para Gonçalves, utilizamos com frequência em nosso cotidiano essa palavra, bem como a fragmentamos ao mencionarmos patrimônios econômicos, financeiros, imobiliários, de um país, patrimônios de uma família, patrimônios históricos, intangíveis, genéticos, dentre outros. Se pensarmos o patrimônio como algo construído pelos homens ao longo do tempo, percebemos que esteve presente em todos os períodos históricos, "na verdade, resultam de processos de transformação e continuam em mudança" (GONÇALVES. 2009, p. 27).

No presente livro utilizamos a palavra patrimônio acompanhada do termo cultural, ou seja, é aquilo que é transmitido e gerado pela cultura. O patrimônio cultural é formado a partir das referências culturais presentes nos grupos sociais que foram transmitidas entre as várias gerações. Essas referências culturais "remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos 'fazeres' e 'saberes', às crenças, hábitos, etc." (FONSECA. 2006, p. 87). É a comunidade que atribui os valores e os significados às referências culturais, sendo inclusive a principal agente no processo de preservação. Ao se compreender o patrimônio cultural a partir das referências culturais, a definição do que pode ser patrimônio não é apenas aquilo que foi selecionado por uma única pessoa, mas o que a comunidade elege como importante e relevante para sua memória e identidade.

No artigo nº 216, da Constituição Federal de 1988, o patrimônio cultural é constituído de bens de natureza material e imaterial que são referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos que formam a sociedade brasileira. Desse modo, o patrimônio cultural foi definido na legislação como as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais

espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Os patrimônios culturais são formados pela cultura, ou seja, pelo modo como as pessoas, inseridas em um grupo social, se organizam, explicam o mundo, geram e significam os seus símbolos, representam suas memórias, dentre outros. Segundo Tylor, a cultura "é um complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade" (1871, p. 01). Cada povo cria formas de ler e compreender o mundo no qual está inserido, elegendo símbolos, selecionando lugares e objetos de suas memórias. Como exemplo, temos a Casa da Cultura Polonesa Padre Karol Dworaczek, localizada na Colônia Murici, que representa a cultura dos moradores da Colônia Murici e rememora a vinda das primeiras famílias da Polônia ao Brasil.

Para Souza e Ferreira (2017), é a cultura que nos caracteriza e qualifica como seres humanos, pois por meio dela, atribuímos valores e significados à natureza dada. Isto é, a partir da relação que o indivíduo estabelece com o seu meio, seja com os outros indivíduos e com a natureza, cria-se a consciência necessária para gerar ou transformar o mundo. Os saberes e fazeres, os símbolos e os ritos que compõem a cultura são transmitidos pelas gerações, podendo sofrer mudanças ou ressignificações ao longo do tempo. Isso permite que a cultura não seja algo estático, único ou linear. Ela está em constante transformação; é dinâmica.

Todos os seres humanos transmitem e geram a cultura. É errôneo conceituar a cultura como apenas as celebrações ditas cultas, pois ela é composta por todas as formas transmitidas e geradas no nosso cotidiano, que dão significados a nossa existência. Como Leitão (2016) destaca, na antropologia, ciência responsável pelo estudo da cultura, não se utiliza os termos inculto ou culto, pois os parâmetros usados para discutir o conceito de cultura não são abordados juízos de valor, ou termos de superioridade ou inferioridade. Lembrando que, não existe apenas uma cultura que representa a verdade absoluta. Cada cultura tem sua relevância e importância.

Vivemos em um mundo multicultural e pluriétnico, composto por diferentes povos, que geram seus costumes, linguagens, hábitos, sotaques, religião, dentre outros. Essas diferenças e semelhanças entre as culturas constituem a diversidade cultural. Essa diversidade não se restringe apenas em relação às diferenças culturais de um país para o outro, mas está presente no nosso país. Como por exemplo, as diferenças e semelhanças entre os mora-

dores do sul do Paraná e aqueles que residem no oeste, como o sotaque, os hábitos alimentares, o estilo musical...

Frequentemente rotulamos e concebemos uma prática ou expressão cultural a partir de nossa visão de mundo, considerando a cultura do outro como inferior. Esse fenômeno se refere ao etnocentrismo cultural, ou seja, a capacidade de colocar a nossa cultura no centro. A partir dessa visão, somos incapazes de olhar o outro com respeito, já que não consideramos sua cultura, seus patrimônios culturais como dignos ou verdadeiros. Assim, surgem os preconceitos, a xenofobia, o racismo, a intolerância.

Para evitarmos tais práticas, é preciso inserir o exercício da relativização cultural, que consiste em entender e estudar as culturas a partir de seu próprio contexto cultural, ou seja, sem hierarquizar as culturas e eleger como melhores ou piores determinadas culturas.

Ao relativizarmos percebemos que nossa formação enquanto indivíduo é pautada nas diferenças e nas semelhanças entre as outras pessoas. Essa construção identitária permite nos reconhecer enquanto seres humanos únicos, "que temos nossas características pessoais, e que pertencemos a um grupo, a uma determinada cultura" (FERREIRA; SILVA. 2017, p. 22). Definimos nossa identidade tanto individualmente, quanto coletivamente, com base nos saberes e fazeres, nas crenças, sentidos, valores, transmitidos pela cultura.

De acordo com Silva, "o elemento determinante que define o conceito de patrimônio é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade" (2000, p. 219). O patrimônio cultural permite que as comunidades se reconheçam culturalmente em um determinado espaço. Ao elegermos lugares, edificações, celebrações estamos construindo a nossa identidade.

Dessa forma, o patrimônio cultural é gerado pela cultura do grupo social que o construiu e elegeu como importante para a sua existência, possibilitando a formação da identidade individual e coletiva desse grupo. Além disso, o patrimônio cultural também é composto por memórias individuais e coletivas.

A memória, numa perspectiva benjaminiana, são fragmentos e estilhaços de um passado imaginado e representado no presente. A construção da memória ocorre por meio da cultura, da identidade e da história, sendo transmitida de geração em geração. Em alguns casos, não precisamos ter vivenciado um acontecimento para transmitirmos a sua memória, mas somente o fato de a ouvirmos ou pertencemos a uma comunidade que consagrou essa memória como importante, produzimos a sensação de a termos vivenciado.

A memória individual e coletiva confere sentidos às temporalidades vividas, às transformações do espaço e tempo, atribuindo sentidos e significa-

dos ao mundo onde vivemos. No entanto, esse processo não ocorre de forma "calma", existem conflitos, seleções e uma relação entre a lembrança e o esquecimento.

Os patrimônios culturais são construídos pelas memórias daqueles que o compõem, tornando-se inclusive Lugares de Memória (NORA. 1993), podendo ser os espaços, lugares mistos, construídos pela coletividade, que definem a identidade de um grupo social. Cada geração atribui suas memórias a um determinado local ou manifestação cultural, atribuindo ao patrimônio cultural a característica de algo vivo.

O patrimônio cultural, assim, não é algo estático, que foi criado somente para representar ou simbolizar, mas é algo para agir;

> Afinal, os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para agir, e não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre céu e terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas. (GONÇALVES. 2009, p. 31)

Assim, o patrimônio cultural é fundamental para a nossa existência, preservando as nossas memórias, os lugares que frequentamos e as memórias dos nossos antepassados, que foram transmitidos entre as gerações. Os lugares, edificações, objetos, saberes e fazeres, manifestações culturais, definidos por nós e pelo nossa comunidade como patrimônios culturais conferem sentidos e significados a nossa existência.

2. AS MEDIDAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

Na década de 1920 ocorreram inúmeras discussões sobre a identidade brasileira e os patrimônios históricos e artísticos nacionais que representariam a nação brasileira. O país passava por uma crise de identidade marcada pelo processo de urbanização no sudeste brasileiro e pela ascensão das elites industriais (ZANON. MAGALHÃES. BRANCO. 2009, p. 34). Além disso, alguns movimentos nas décadas de 1920 e 1930, como a Semana da Arte Moderna em 1922 e a Revolução de 30, buscaram compreender o Brasil e definir uma identidade local.

As primeiras políticas públicas direcionadas à preservação do patrimônio cultural surgiram na década de 1930 com a promulgação do Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933, que erigiu em Monumento Nacional a Cidade de Ouro Preto. No ano seguinte, com a promulgação da Constituição Federal, ficou instituído à União, aos Estados e aos Municípios a proteção dos objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País. Já em 1937, pelo Decreto-Lei nº25, foi criado o órgão responsável pelo reconhecimento e proteção do patrimônio cultural brasileiro, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente nomeado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O anteprojeto para a criação do SPHAN foi elaborado por Mario de Andrade, a pedido do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. No anteprojeto a concepção de patrimônio histórico e artístico nacional se referia às obras de arte, às edificações, aos saberes populares, às danças, à culinária, às crendices, etc.. No entanto, o Decreto-Lei nº 25, que criou o SPHAN, não contemplou toda a proposta de Mario de Andrade, considerando apenas como patrimônio artístico e nacional os bens de categoria material. O responsável pela redação final do Decreto-Lei foi Rodrigo Melo Franco de Andrade, que ocupou pela primeira vez o cargo de Presidente do SPHAN.

No Decreto-Lei se definiu como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o conjunto de bens móveis e imóveis que representam os fatos memoráveis da História do Brasil ou que tenham valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico, bem como os monumentos naturais, sítios e paisagens. Também foi instituído pelo decreto o Tombamento, que consiste na inscrição do patrimônio em um dos quatro livros de Tombo (Arqueológico e Etnográfico, Histórico, das Belas Artes e das Artes Aplicadas).

Atualmente o Tombamento é uma das principais medidas de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Qualquer pessoa pode solicita-lo, desde que encaminhe uma correspondência a uma das Superintendências do IPHAN (existe uma em cada Estado brasileiro), à Presidência do IPHAN, localizada em Brasília (DF) ou ao Ministério da Cultura. O pedido é analisado por técnicos do IPHAN, levando em consideração a importância do bem cultural em âmbito nacional. Quando inscrito em um dos livros do Tombo, o patrimônio passa a ser protegido legalmente, necessitando de autorização prévia para quaisquer modificações.

No Estado do Paraná existem inúmeros patrimônios culturais Tombados pelo IPHAN a nível federal, como o Museu Paranaense, localizado em Curitiba, a Igreja Matriz de Guaratuba, a Casa de Câmera e Cadeia em Lapa, o Centro Histórico de Antonina, dentre outros. Essa medida protege os patrimônios de destruição, no intuito de preservar e transmitir as memórias, bem como contribuir para a formação identitária.

O Tombamento ocorre tanto em âmbito federal, quanto em âmbito estadual e municipal. No Paraná, o Tombamento Estadual é realizado pela Secretaria do Estado de Cultura, especificamente pela Coordenação do Patrimônio Cultural. Em São José dos Pinhais, têm se tombado em esfera estadual a Serra do Mar. Em âmbito municipal, foram tombados 14 patrimônios culturais de São José dos Pinhais, conforme tabela abaixo:

Bens Tombados pelo Município de São José dos Pinhais				
Nº	Nome	Nº Decreto Municipal	Data do Tombamento	Localidade
1	Mausoléu Killian	49/77	11/05/1977	Cemitério Municipal de São José dos Pinhais
2	Museu Municipal Atilio Rocco	208/80	04/11/1980	Rua XV de Novembro, nº 1660
3	Biblioteca Pública Municipal Scharffenberg de Quadros	249/80	10/12/1980	Praça Oito de Janeiro, nº 120

4	Capela Senhor Bom Jesus	082/95	12/05/1995	Rua Barão do Cerro Azul, s/nº, Bom Jesus
5	Capela Santo Antônio	082/95	12/05/1995	Rua Francisco Dal Negro, s/nº - Colônia Rio Grande
6	Capela Nossa Senhora das Graças	083/95	12/05/1995	Alto da Boa Vista – Contenda
7	Casa Guernieri	Lei 04/96	22/10/1998	Rua Izabel Redentora, nº 1244, Centro
8	Capela Nossa Senhora dos Milagres	Lei 04/96	24/05/2000	Estrada da Cachoeira, s/nº, Cachoeira
9	Igreja Matriz de São José	Lei 04/96	02/05/2002	Praça 8 de janeiro, s/nº, Centro
10	Colégio Estadual Silveira da Mota	Lei 04/96	30/06/2004	Praça Getúlio Vargas, 1123, Centro
11	Livro de Registros	Resolução 0001/2008	-	Paróquia São José, Centro
12	Centro de Vivência Cultural João Senegaglia	200/80	-	Rua XV de Novembro, nº 1800, Centro
13	Capela Santo Antônio	Resolução 001/2001	-	Rua Joana Persegona – Colônia Acioly
14	Memorial Casarão	Resolução 001/2014	-	Rua Passos de Oliveira, nº 1101, Centro

Tabela 1 – Lista de Bens Tombados pelo município de São José dos Pinhais (Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de São José dos Pinhais, 2017).

O Tombamento permite que esses bens sejam preservados, mantendo ao longo do tempo sua arquitetura original, além de preservar a memória daqueles que habitaram/habitam o município de São José dos Pinhais.

Durante muitos anos as medidas de preservação do patrimônio arqueológico no Brasil se restringiram apenas ao patrimônio material, tendo como principal instrumento o Tombamento. Na década de 1970 surgiram novos questionamentos sobre a definição de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nesse período, se constatou que o patrimônio não deveria se restringir apenas aos bens materiais, mas as todas as formas e símbolos transmitidos e gerados culturalmente pelas comunidades. Dessa forma, a partir da promulgação da Constituição de 1988, o conceito de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é substituído por Patrimônio Cultural e passou a englobar os modos de saber e fazer, as danças, a culinária, os hábitos e costumes, as tradições, as celebrações, as expressões, dentre outros.

Foto 1 – Museu Municipal Atilio Rocco, tombado pela Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais em 1977 (Foto: Acervo Fundação Aroeira, 2017).

Em 1997 ocorreu o "Seminário Internacional Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção", que resultou na criação da Carta de Fortaleza. Nesse documento foi recomendado ao IPHAN a organização de um grupo responsável por estudar e propor a edição de um instrumento legal para a salvaguarda do patrimônio imaterial, intitulado de Registro, também foi sugerido a realização de inventários dos bens imateriais em âmbito nacional e a integração das informações ao Sistema Nacional de Informações Culturais (SNIC). (Fonte: IPHAN).

Essas recomendações foram atendidas com a promulgação do Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000 que instaurou uma medida específica para a proteção dos patrimônios imateriais brasileiros, o Registro do Patrimônio Imaterial. A partir dessa medida o patrimônio cultural de ordem imaterial é inscrito em um dos quatro livros de registro, sendo eles: o Livro de Registro dos Saberes, o Livro de Registro das Celebrações, o Livro de Registro das Formas de Expressão e o Livro de Registro dos Lugares. Para um bem cultural ser registrado o representante da comunidade que o produz deve encaminhar

ao IPHAN a documentação contendo fotografias, desenhos, vídeos, gravações sonoras ou filmes, e uma declaração ressaltando o interesse e anuência com a instauração do processo de registro. Atualmente são 40 bens imateriais registrados, como por exemplo, o ofício dos mestres de capoeira, a arte Kusiwa (pintura corporal e arte gráfica Wajápi), o Fandanga Caiçara, o ofício das Baianas de Acarajé.

Foto 2 – Fandango Caiçara, registrado como Patrimônio Imaterial Brasileiro em 2012. (Foto: Acervo IPHAN)

Segundo o IPHAN, a diferença entre o Registro do Patrimônio Imaterial e o Tombamento é que o primeiro é destinado às manifestações simbólicas, para que elas continuem existindo, preservando vivas e acessíveis as tradições e as suas referências culturais. O Tombamento, por sua vez, tem como intuito preservar as características originais de um bem cultural, como as igrejas, as casas, os acervos. Ao tratarmos do patrimônio imaterial, que são as manifestações culturais, transmitidas entre as gerações, é impossível querer mantê-las sempre da mesma forma e com as mesmas características. Por isso, foi necessária a elaboração de uma medida de salvaguarda destinada ao patrimônio imaterial.

O Decreto nº 3.551 também instaurou a realização dos inventários. Por meio desse instrumento o IPHAN estuda as referências culturais de uma comunidade, reconhecidas como importantes para a formação identitária desses

grupos. Essas informações auxiliam no registro do patrimônio imaterial, bem como nas publicações do IPHAN, como documentários e vídeos.

As medidas jurídicas possibilitam a preservação do patrimônio cultural brasileiro, no caso do patrimônio material, o Tombamento permite a preservação das características originais, enquanto as medidas para o patrimônio imaterial, fomenta a transmissão e a existência das manifestações culturais.

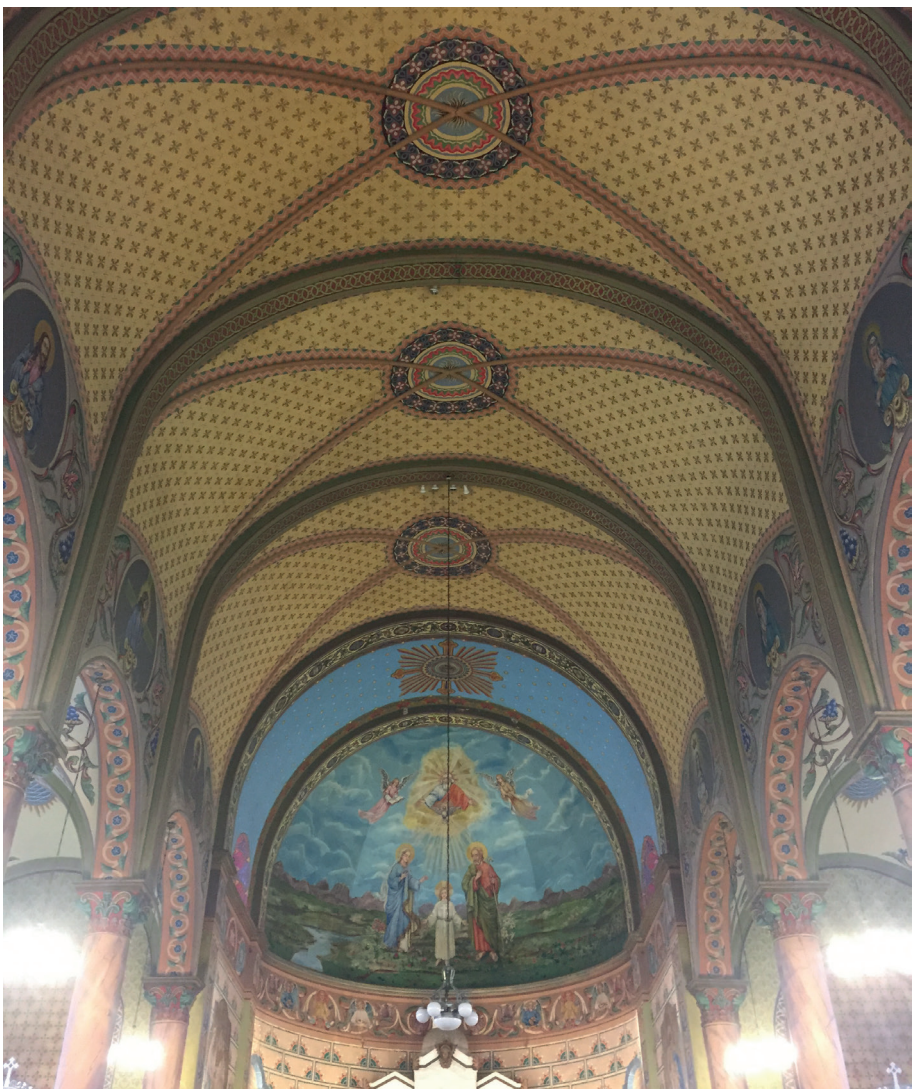


Foto 3 – Interior da Igreja Matriz de São José, tombada pela Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais (Foto: Acervo IPHAN).

3. O PATRIMÔNIO CULTURAL DAS COLÔNIAS LOCALIZADAS PRÓXIMAS À ÁREA DE ALAGAMENTO DA BARRAGEM DO RIO MIRINGUAVA

3.1 O Município de São José dos Pinhais - PR

O município de São José dos Pinhais está localizado na região metropolitana de Curitiba - PR, tendo atualmente uma população estimada em 302.759 habitantes (IBGE, 2016). A sua origem data do século XVI, quando duas expedições, comandadas por Ébano Pereira, saíram da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, atual Paranaguá, a procura de ouro. Em 1649 e 1651 foram encontradas duas minas, dando origem ao Arraial Grande e ao povoado Campos Ambrósio, este último corresponde atualmente ao município de Tijucas do Sul.

A povoação mais antiga pertencente ao território de São José dos Pinhais se referiu ao Arraial Grande, situado na Serra do Mar. Segundo os entrevistados e a bibliografia pesquisada, não existem moradores nessa localidade atualmente, uma vez que houve estagnação do povoado entre os séculos XVII e XVIII. Os moradores do Arraial, segundo Mariochi (2014, p. 87), eram, sobretudo, descentes de portugueses, indígenas, negros e mestiços.

Por se dedicarem exclusivamente a extração do minério, a agricultura e a pecuária eram de subsistência, sendo necessário, exportar mercadorias de outras localidades, o que era dispendioso e prejudicava o funcionamento do Arraial elevando a qualidade de vida. Outra característica é que o povoado não tinha como objetivo se tornar permanente, somente retirar o ouro e após o fim do minério os moradores se deslocariam para outras regiões.

De acordo com Borges (2006), a partir do século XVIII, a região que correspondia ao estado do Paraná passou por dificuldades econômicas, uma vez que o minério entrou em decadência. Muitas famílias se mudaram para Minas Gerais e os escravos foram vendidos.

Em outra localidade, entre a atual Avenida Rocha Pombo e Rui Barbosa, conhecida no período como Fazenda Águas Bellas, pertencente ao então

Cônego João da Veiga Coutinho, foi erguida em 1640 a Capela do Bom Jesus dos Perdões. O outro templo religioso, dedicado a São José, foi construído entre os séculos XVII e XVIII, onde atualmente está edificada a Catedral de São José dos Pinhais. Segundo a bibliografia pesquisada, não se sabe ao certo quando foi criada a Freguesia de São José dos Pinhais, uma vez que as fontes são escassas. Alguns autores afirmam que a Freguesia data de 1640, com a edificação da Capela do Bom Jesus dos Perdões, enquanto para outros, surgiu posterior à construção da Igreja Matriz de São José. O primeiro documento que menciona a Freguesia foi redigido entre os dias 20 de janeiro a 4 de fevereiro de 1721, pelo Ouvidor Geral Raphael Pires Pardinho, que escreveu as primeiras leis do local.

De acordo com Brun (2010), São José dos Pinhais continha entre os séculos XVII e XVIII vários núcleos de povoados e com a criação da Freguesia e a delimitação do território, as famílias passaram a se concentrar próximo à Igreja Matriz de São José, chegando a serem doados pequenos lotes para que as casas fossem construídas ao redor do templo religioso. Inclusive os moradores do extinto Arraial Grande mudaram para a nova sede do município, aumentando o fluxo habitacional da localidade.

Após a decadência do ouro, a principal atividade econômica da Freguesia correspondeu à criação de gado. Posteriormente, o tropeirismo impulsionou sobremaneira o desenvolvimento, uma vez que a localidade onde foi construída a Igreja Matriz de São José possuía diferentes estradas de acesso, que ligava os Campos de Curitiba, Campos Ambrósio e o Arraial Grande.

Com o fim do tropeirismo, a principal atividade econômica se concentrou na produção e exportação da erva-mate. Em São José dos Pinhais, no século XIX, se contava com dois engenhos de beneficiar erva-mate, onde trabalhavam artesãos autônomos, enquanto o produto era revendido por um pequeno número de comerciantes.

Os primeiros alvarás de licença para a prática de alguns ofícios foram concedidos pela Câmara de Curitiba no século XVIII, no quais permitiram o trabalho de sapateiros, ferreiros, além da permissão do estabelecimento de lojas de secos e molhados, de fazendas e outros. Devido ao crescimento econômico e a liberação de algumas atividades, a localidade foi elevada a categoria de Vila em 16 de julho de 1852, pela Lei Provincial nº 10, com a denominação de São Paulo. Tornou-se cidade com a nomeação de São José dos Pinhais em 27 de dezembro de 1897, por meio da Lei Estadual nº 259.

No século XIX a população de São José dos Pinhais passou a ser composta por imigrantes europeus oriundos principalmente da Polônia, Ucrânia, Alemanha e Itália. A vinda desses grupos, impulsionada pelo governo

Brasileiro e as Companhias de Terra, afirmaram aos imigrantes melhores condições de vida no Brasil. Como apontado por Marochi, as Companhias salientavam que o continente americano era maravilhoso, como se fosse uma "Terra Prometida", onde poderiam ser alcançados todos os sonhos idealizados. Porém, a realidade encontrada foi outra. Nas colônias não existiam casas, energia, em alguns casos, as estradas de acesso eram precárias. Os entrevistados destacaram principalmente as dificuldades enfrentadas por seus pais ou avôs ao chegarem ao Brasil, como o deslocamento de Paranaguá até a Colônia, a falta de suprimento e o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência.

A primeira colônia oficial de São José dos Pinhais surgiu em 1876, denominada de Colônia Tomás Coelho, atualmente essa comunidade pertence ao município de Araucária. Entre o fim do século XIX e início do século XX foram criadas as seguintes colônias oficiais:

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS RELAÇÃO DE COLÔNIAS AGRÍCOLAS OFICIAIS			
Ano de Criação	**Nome Oficial**	**Nº de lotes**	**Grupos étnicos**
1876	Tomás Coelho	182/270	Poloneses galicianos
1878	Murici	73	Poloneses galicianos e prussianos e italianos
1878	Inspetor Carvalho	34	Poloneses galicianos e italianos
1878	Zacarias	28	Poloneses prussianos e italianos
1878	Santa Maria do Novo Tyrol	154	Italianos
1888	Silveira da Motta	32	Italianos
1891	Tenente Coronel Accioli	101	Italianos e Poloneses
1896	Santos Andrade	1...	Austríacos, poloneses, ucranianos, suíços e italianos
1908	Affonso Penna	112	Poloneses russos, alemães, suíços, austríacos, belgas, franceses e holandeses.

Tabela 2 – Dados das Colônias Oficiais Instaladas no Município de São José dos Pinhais (Fonte: MARIOCHI. 2013, p. 56).

Apesar da criação das colônias oficiais, viviam na região imigrantes europeus oriundos de outros países, que buscavam nos campos uma terra para

desenvolver suas atividades econômicas, principalmente a agricultura. Por meio das Colônias oficiais também foram criadas outras colônias autônomas, pois os imigrantes passaram a adquirir novas propriedades, como exemplo têm-se as colônias Papanduva, Malhada e Avencal, que são, em sua maioria, descendentes dos colonos de Murici.

Ao longo do século XX São José dos Pinhais sofreu mudanças em sua área urbana e a vinda dos imigrantes europeus gerou novos costumes, tradições e hábitos. Essa diversidade cultural presente no município gera as referências e os patrimônios culturais locais, formando a identidade local e preservando as memórias.

O trabalho desenvolvido pela Fundação Aroeira, em parceria com a Sanepar, buscou conhecer essas referências, percebendo sua importância para a comunidade local. No próximo tópico abordamos os patrimônios culturais das colônias localizadas próximas ao empreendimento.

3.2 As Colônias Localizadas próximas à área de abrangência da Barragem do Rio Miringuava

Durante a pesquisa do Levantamento Histórico-Cultural no município de São José dos Pinhais, especificamente na área de abrangência do alagamento da Barragem do Rio Miringuava, foram identificadas seis colônias que ficam próximas ao empreendimento, sendo elas: Murici, Avencal, Papanduva da Serra, Malhada, Antinha, Saltinho da Malhada, Gamelas e Roda Velha.

A Colônia Murici possui grande representatividade para as outras comunidades que ficam próximas ao local do alagamento da Barragem. Composta majoritariamente por descendentes de poloneses, a Colônia preserva a cultura dos primeiros que chegaram ao local, como a exemplo da língua polonesa que continua presente nas famílias, o grupo folclórico polonês e a festa da Colheita. No âmbito material, tem-se a Casa da Cultura Polonesa, a Paróquia Sagrado Coração de Jesus, casarões de alvenaria construídos na década de 1930 e galpões de madeira.

As primeiras famílias polonesas chegaram a São José dos Pinhais em 1878, por meio do incentivo do Império e as Companhias de Terra que afirmaram em suas propagandas, os benefícios de habitar o Brasil. As primeiras construções foram precárias, feitas de madeira, até porque não haviam tijolos ou telhas. Essas casas eram edificadas por meio do encaixe de troncos. Os moradores da Colônia preservam algumas edificações com esse estilo arquitetônico, como a exemplo da família Kawiarnia (as edificações feitas de tronco compõe o Café Colonial Kawiarnia):

Foto 3 e 4 – Edificação construída por troncos, que compõe o Café Colonial Kawiarnia (Foto: Acervo Fundação Aroeira, 2017).

Com a produção de tijolos e telhas, bem como uma maior facilidade em adquirir esses produtos, muitas residências passaram a ser construídas de alvenaria ou tiveram suas paredes trocadas por esse tipo de material. Esse processo deu-se na Paróquia Sagrado Coração de Jesus e a antiga sede da Escola São José, além das residências.

A Paróquia Sagrado Coração de Jesus foi construída entre os anos de 1907 à 1911, pelo padre Karol Dworaczek (1867-1919). É uma das principais referências materiais da Colônia, que representa o primeiro núcleo de povoação da localidade e por ser um local frequentado pela maioria dos moradores.

Foto 4 – Igreja Sagrado Coração de Jesus (Foto: Acervo Fundação Aroeira, 2017).

Ao lado da Paróquia, foi construída no início do século XX a Escola São José. Os moradores da Colônia quando imigraram para São José dos Pinhais estabeleceram uma escola de madeira, onde era ensinado em polonês questões de matemática e a língua portuguesa. Em 1907, após a chegada das irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria, que vieram para a comunidade a pedido do padre Karol, foi edificada uma nova sede para a escola, feita em sua maioria de alvenaria. O prédio já passou por diversas modificações, como a troca do telhado, do piso, do forro, dentre outros, mas, sobretudo, preserva, em âmbito geral, a sua arquitetura original, contribuindo para a preservação da memória local.

Atualmente a edificação funciona como a Casa da Cultura Polonesa Padre Karol Dworaczek, onde são expostos objetos doados pela comunidade local, painéis com fotografias que remontam a história da Colônia, utensílios domésticos e ambientes retratando as antigas casas dos poloneses.

Foto 6 e 7 – Casa da Cultura Polonesa Padre Karol Dworaczek, localizada na Colônia Murici (Fotos: Acervo Fundação Aroeira, 2017).

Na Colônia existem algumas casas, edificadas nas primeiras décadas de 1930, que são preservadas por suas famílias, como a residência da família Holtman. Segundo a senhora Holanda Holtman, seu avô quando chegou ao Brasil adquiriu uma propriedade na Colônia, construiu a casa que com o tempo teve algumas paredes de madeira trocadas por alvenaria: (Foto 7 e Foto 8).

As outras Colônias próximas à área de abrangência de alagamento do Rio Miringuava são: Malhada, Gamelas, Avencal, Papanduva da Serra e Antinha. Os principais patrimônios materiais apontados pelos moradores se referiram as igrejas, que foram construídas, em sua maioria na década de 1950 a 1970. No caso de Papanduva da Serra, além da Igreja, a comunidade destacou uma residência de madeira, edificada em 1930.

Foto 8 e 9 – Casa da Família Holtman (Foto: Acervo Fundação Aroeira, 2017).

Foto 10 – Igreja São Sebastião, localizada na Colônia Malhada (Foto: Acervo Fundação Aroeira, 2017).

Além dos patrimônios edificados, as Colônias possuem suas manifestações culturais, como os saberes transmitidos entre as gerações, a exemplo da língua polonesa. A Festa da Colheita na Colônia Murici é uma das festividades mais tradicionais da região, ocorrendo no mês de fevereiro ou março. Toda a Paróquia Sagrado Coração de Jesus, no dia da festa, é ornamenta com frutas e verduras e as pessoas se vestem com roupas camponesas, além da realização da missa, apresentações culturais e o desfile pelas ruas da Colônia.

As Colônias próximas à área de abrangência do Rio Miringuava realizam festejos aos seus santos padroeiros, como em Saltinho da Malhada, dedicada a Nossa Senhora Aparecida, em Papanduva da Serra a Nossa Senhora das Dores, em Malhada a São Sebatião, dentre outros. A Colônia Murici ainda conta com o Grupo Folclórico Wawel, o artesanato, a culinária, dentre outros.

Foto 11 – Igreja de São Sebastião, localizada na Colônia Avencal (Foto: Acervo Fundação Aroeira, 2017).

Foto 12 – Igreja Nossa Senhora das Dores, localizada na Colônia Papanduva da Serra (Foto: Acervo Fundação Aroeira, 2017).

Foto 13 – Igreja Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, localizada na Colônia Antinha (Foto: Carlos Machado, 2011).

Foto 14 – Desfile durante a Festa da Colheita
(Foto: http://vrnews.com.br/noticia/)

Foto 15 – Festa da Colheita
(Foto: http://vrnews.com.br/noticia/)

Foto 16 – Grupo Folclórico Wawel (Foto: https://br.pinterest.com).

Os patrimônios culturais mencionados demonstram a riqueza cultural do município de São José dos Pinhais, estes que são transmitidos entre as gerações e possibilitando aos seus moradores a sua formação identitária, bem como a preservação e transmissão de suas memórias.

Na área de impacto do alagamento da Barragem do Rio Miringuava foi desenvolvido um trabalho minucioso da arqueologia, com o intuito de salvaguardar o patrimônio arqueológico, assunto apresentado no próximo capítulo.

Foto 17 - Ponta de Projétil (flecha) resgatada do sítio Barro Preto (Foto: Fundação Aroeira, 2017).

4. O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DAS COMUNIDADES LOCALIZADAS PRÓXIMAS À ÁREA DE ALAGAMENTO DA BARRAGEM DO RIO MIRINGUVA

É definido como patrimônio arqueológico os sítios e os vestígios materiais produzidos pelos seres humanos ao longo do tempo. Segundo a Carta de Lausanne (1990), o patrimônio arqueológico constitui testemunho essencial sobre as atividades do passado, sendo fundamental sua proteção e gerenciamento, o que possibilita aos arqueólogos e outros cientistas estudá-lo e interpretá-lo. O patrimônio cultural também é constituído pelo patrimônio arqueológico por representar a cultura, a memória e os saberes dos mais diversos povos que habitaram/habitam o Brasil.

Os sítios arqueológicos, que compõem o patrimônio arqueológico, são os locais onde se encontram os resquícios de uma habitação ou atividade humana pretérita. Como afirmou Prous (2006), não são lugares isolados, mas elementos dentro da ocupação de um território por uma população, alguns podem corresponder a atividades precisas e limitadas, como a exemplo dos cemitérios, locais de extração matéria-prima, oficinas para a produção de instrumentos, locais de preservação de alimentos, etc.. Outros, por sua vez, possuem vestígios de atividades diversificadas.

A proteção legal dos patrimônios arqueológicos está respaldada na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que define como pertencente à União os vestígios e sítios arqueológicos. Além disso, determina a autorização prévia do IPHAN para a realização de escavações nos sítios arqueológicos, considera ilegal quaisquer atividades que comprometam a integridade desses locais, bem como o envio para o exterior do patrimônio arqueológico sem a permissão do órgão responsável.

A ciência responsável pelo estudo e análise do patrimônio arqueológico é a Arqueologia. Por meio de técnicas específicas, o arqueólogo, profissional da Arqueologia, desenvolve pesquisas que objetivam conhecer e analisar a cultura dos seres humanos ao longo do tempo. Com o estudo arqueológico é possível compreender a organização social e cultural de diferentes etnias e

grupos sociais, principalmente daqueles que não deixaram registros escritos de sua história ou que foram silenciadas.

A Arqueologia Brasileira está dividida em dois períodos. O primeiro corresponde à Arqueologia Pré-Colonial, sendo todos os sítios arqueológicos com vestígios materiais produzidos antes de 1.500. Como exemplo, têm-se as oficinas líticas, as pinturas rupestres, os fragmentos cerâmicos, etc.. A segunda divisão da Arqueologia se refere ao período da Arqueologia Histórica, que são os materiais produzidos depois de 1.500, especificamente com a chegada dos europeus ao Brasil. São exemplos de sítios históricos: as ruínas jesuíticas, as igrejas históricas, os fragmentos de louças, vidros, as estruturas de residências, dentre outros.

Apesar de haver essa divisão na Arqueologia, isso não implica que não existam sítios arqueológicos com vestígios datados antes e depois de 1.500. Determinado local pode ter sido ocupado por diversos grupos, em diferentes períodos. Quando isso ocorre o sítio arqueológico é classificado como multicomponencial.

O IPHAN realiza inúmeras medidas de salvaguarda dos patrimônios arqueológicos, uma delas é o Tombamento. Atualmente são 11 sítios e 6 coleções arqueológicas tombadas em todo o território brasileiro. No Estado do Paraná a Coleção Etnográfica, Arqueológica, Histórica e Artística do Museu Coronel David Carneiro e a Coleção Etnográfica, Arqueológica, Histórica e Artística do Museu Paranaense receberam o tombamento em 1941. Ambas as coleções estão expostas no Museu Paranaense, situado em Curitiba.

Além do Tombamento, o IPHAN organizou o Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA). Nesse sistema a comunidade tem acesso ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), onde é possível visualizar o cadastro de todos os sítios arqueológicos localizados no Brasil. Também podem ser verificadas as portarias emitidas para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas, uma vez que para a execução de escavação de um sítio, como já mencionado, é preciso ter a autorização prévia do IPHAN, esta que é emitida por portaria destinada ao arqueólogo responsável.

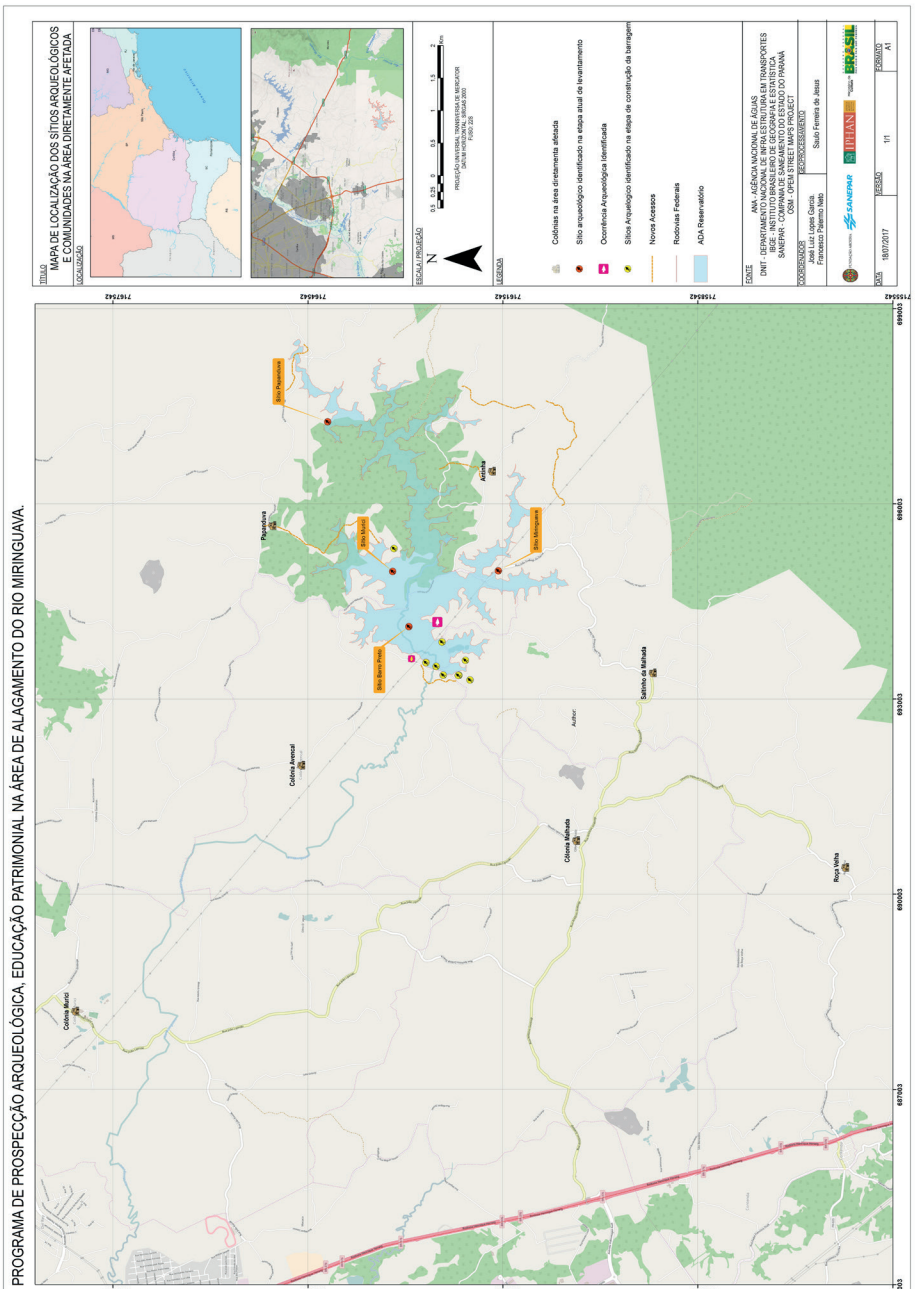
Em 07 de maio de 2009, através do Decreto nº 6.844, foi criado o Centro Nacional de Arqueologia (CNA), no intuito de fortalecer as políticas públicas destinadas à salvaguarda do patrimônio arqueológico. Cabe ao CNA a elaboração de ações para a gestão do Patrimônio Arqueológico, a autorização, a permissão e a fiscalização das pesquisas arqueológicas. No caso das ações realizadas na área de abrangência da Barragem do Rio Miringuava, a Fundação Aroeira encaminhou ao IPHAN, especificamente a sua Superintendência

no Estado do Paraná, um Projeto de pesquisa solicitando a portaria para a execução dos estudos arqueológicos, posteriormente com a autorização e a execução dos trabalhos foi encaminhado o relatório com a descrição das análises executadas.

A pesquisa realizada na área de abrangência do alagamento da Barragem do Rio Miringuava atendeu as exigências da Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002, emitida pelo IPHAN. Os trabalhos foram divididos em três fases: Diagnóstico, Prospecção, Resgate, análise laboratorial e Educação Patrimonial. Abaixo descrevemos cada uma dessas etapas.

• Diagnóstico e Prospecção – é considerado um momento fundamental na pesquisa arqueológica ligado à Gestão do Patrimônio Cultural, uma vez que a partir dos seus resultados que poderão ser avaliados os impactos sobre os bens arqueológicos e posteriormente propostas medidas de gestão desses recursos. Em uma primeira etapa foram levantadas e analisadas fontes secundárias sobre a arqueologia, história e cultura da região onde se insere o empreendimento em questão, bem como ambientais, objetivando assim a obtenção de informações a respeito dos tipos de sítios, variação da cultura material, inserção na paisagem, existência de estruturas frequentes ou não na região, tipos de solos, fontes de matérias primas, entre outros. Também foram realizadas em áreas amostrais e/ou por linhas de caminhamento (transects), objetivando a detecção de diferentes tipos de sítios arqueológicos que possam estar associados às ocupações e explorações diferenciais da paisagem (fieldwalking). Durante o Diagnóstico e Prospecção arqueológica foram identificados quatro sítios arqueológicos: Barro Preto, Miringuava, Murici e Papanduva. No Mapa 1 consta a localização dos sítios.

Foto 18 - Abertura de tradagem no sítio arqueológico Murici, localizado em São José dos Pinhais (Foto: Fundação Aroeira)



Mapa 1 – Mapa de Localização dos sítios arqueológicos localizados na Área Diretamente Afetada

• Resgate – nessa etapa ocorreu o resgate dos sítios arqueológicos Papanduva, Barro Preto e Murici. Por meio da escavação, com a abertura de sondagens, o material do sítio foi retirado acondicionado e encaminhado para a análise no laboratório da Fundação Aroeira e posteriormente a Instituição de Guarda, no caso desse empreendimento se refere à Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Foto 19 – Realização do resgate arqueológico no sítio Barro Preto (Foto: Acervo Fundação Aroeira).

Foto 20 – Fragmentos de louça resgatados do sítio arqueológico Papanduva (Foto: Acervo Fundação Aroeira).

Foto 21 – Fragmentos de metal resgatados do sítio arqueológico Papanduva (Foto: Acervo Fundação Aroeira).

• Análise Laboratorial – No laboratório da Fundação Aroeira as peças arqueológicas encontradas durante o Diagnóstico Prospectivo e Resgate Arqueológico passam por um processo de curadoria, sendo higienizadas, analisadas e acondicionadas, no intuito de compreender a sua composição, características, possível utilidade, datação, dentre outros. E após esse processo são encaminhadas a Instituição de Guarda.

Foto 22 – Processo de curadoria realizado nas peças arqueológicas do sítio Barro Preto (Foto: Acervo Fundação Aroeira, 2017).

• Educação Patrimonial – nessa etapa são realizadas ações educativas centradas no patrimônio cultural das comunidades afetadas diretamente e indiretamente pelo empreendimento. As ações, em uma primeira fase, ocorreram nas instituições educacionais localizadas na bacia do Rio Miringuava, com a execução de oficinas destinadas aos alunos do Ensino Fundamental Fase 2 e Ensino Médio. Em um segundo momento, foi promovida a Exposição Itinerante "Diálogos sobre o (re)conhecimento e a preservação do Patrimônio Cultural" nas Colônias Murici, Papanduva da Serra e Malhada. O terceiro momento da Educação Patrimonial corresponde ao presente livro. Essas atividades foram desenvolvidas com o intuito de instigar a comunidade local a reconhecer seus patrimônios culturais, bem como estabelecer ações contínuas de preservação.

Foto 23 – Realização de Oficina de Educação Patrimonial no Colégio Estadual Colônia Malhada (Foto: Acervo Fundação Aroeira, 2017).

Foto 24 – Realização de Oficina de Educação Patrimonial na Escola Municipal Alfredo José Eichel (Foto: Acervo Fundação Aroeira, 2017).

Foto 25 – Exposição Itinerante Diálogos sobre o (re)conhecimento e a preservação do patrimônio cultural na Casa da Cultura Polonesa Padre Karol Dworaczek (Foto: Acervo Fundação Aroeira, 2017)

Foto 26 – Exposição Itinerante Diálogos sobre o (re)conhecimento e a preservação do patrimônio cultural na Colônia Malhada (Foto: Acervo Fundação Aroeira, 2017)

O patrimônio arqueológico encontrado e analisado na área de abrangência da Barragem do Rio Miringuava representa a cultura material dos diversos povos que habitaram essa região. As peças encontradas foram: instrumentos produzidos a partir da pedra, como mão de pilão e lascas (material lítico), fragmentos de louça, vidro e metal (material histórico).

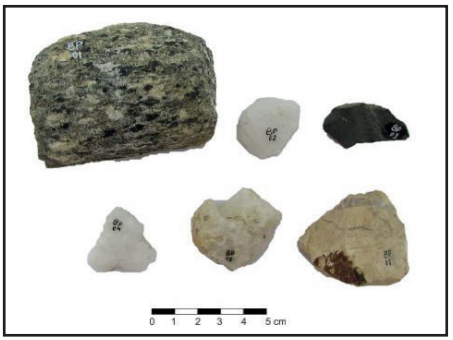


Foto 27 – Conjunto de peças líticas do sítio arqueológico Barro Preto (Foto: Acervo Fundação Aroeira, 2017).

Foto 28 – Conjunto de fragmentos de louça do sítio Papanduva (Foto: Acervo Fundação Aroeira, 2017).

O universo e o potencial arqueológico do Brasil é enorme! É um país de dimensões continentais que possui grande diversidade de ocorrências arqueológicas, como as inscrições rupestres, os cemitérios indígenas e tantos outros testemunhos, tanto históricos como pré-históricos, da ocupação humana que podem ser encontrados nesse território. Esse patrimônio arqueológico não pertence apenas a uma pessoa, mas a todos os brasileiros. Por isso é fundamental a participação da comunidade no processo de preservação do patrimônio arqueológico. Assim, caso você encontre um vestígio ou sítio arqueológico ou se houver quaisquer riscos de destruição, o IPHAN deve ser informado, para que as medidas necessárias sejam realizadas.

Foto 29 - Lasca resgatada do sítio Barro Preto (Foto: Acervo Fundação Aroeira, 2017).

CONCLUSÃO

As referências culturais e os patrimônios culturais são fundamentais para a formação identitária, a transmissão das tradições, dos saberes e das memórias. Por meio dos lugares, das edificações, das formas de expressão, das celebrações geramos leituras do mundo no qual habitamos, dando sentidos e significados a nossa existência. Como Gonçalves aponta, o "patrimônio de certo modo constrói e forma as pessoas" (2003, p. 40).

Reconhecer o patrimônio cultural é um dos princípios norteadores para a sua preservação, sendo possível assim inserir no cotidiano ações de salvaguarda. O presente livro, dessa forma, ao apresentar a riqueza cultural das colônias localizadas próximas à área de alagamento da Barragem do Rio Miringuava, espera instigar nos moradores dessas comunidades a reflexão sobre as suas referências e patrimônios culturais.

Não terminaremos com uma conclusão decisiva, pois sabemos que o que foi apresentado nesse livro é mais um passo, mais uma tentativa de multiplicar os conceitos sobre patrimônio cultural, arqueologia, cultura, memória, identidade. A conclusão dessas ideias não pode ser unitária, é também, dependente da prática, do envolvimento da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221. (Obras Escolhidas, v. 1).

BERNARDO, Janice. Madeira e Técnica: As edificações históricas da Colônia Murici. Curitiba: Edição do autor, 2013.

BOAS, Franz. Antropologia cultural. Tradução de Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BORGES, Luis Adriano Gonçalves. Estratpegias de Vida e de Morte: Ritos Fúnebres e a Reprodução Social em São José dos Pinhais, século XIX. 2006, 102p. Monografia. Universidade Federal do Paraná, Curso de História.

BRASIL. Constituição (1934) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934.

BRASIL. CHEFE DO GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933. Diário Oficial da União, 17 de jull. 1933, p. 14153.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm Acessado em; 10 de ago. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº. 3.551, de 04 de agosto de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 de ago. de 2000, Seção 1, p. 2.

BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NA-

CIONAL. Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 dez. 2002, nº 244. 196.

BRUN, Fabrício Carlo. Uma cidade, uma Rua: Rua XV de Novembro São José dos Pinhais. 2010. Monografia. Universidade Tuiuti do Paraná.

COLNAGHI, Maria Cristina. São José dos Pinhais: a Trajetória de uma cidade. Curitiba: Editora Prephacio, 1992

FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vertice, 1990.

HALL, Stuart. A Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriana Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museu Imperial, 1999.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Carta de Lausanne. 1990. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf Acessado em 15 de set. 2017.

KHOURY, Yara Ann. Muitas Memórias, Outras Histórias: Cultura e Sujeito na História. In: FENELON, Déa Ribeiro, et al (Org.). Muitas Memórias, Outras Histórias. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

LEITÃO, Rosani Moreira. A diversidade Cultural e o Conceito de Cultura. Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Direitos Humanos, Universidade Federal de Goiás, 2016.

LIMA, Janice Shirley Souza et al. Mediações culturais com o patrimônio arqueológico: material de apoio à ação educativa patrimonial. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2007.

MAGALHÃES, Leandro Henrique; ZANON, Elisa; BRANCO, Patrícia Martins Castelo. Educação patrimonial: da teoria à prática. Londrina: Ed. Unifill, 2009.

MAROCHI, Maria Angélica. Imigrantes 1870-1950: Os Europeus em São José dos Pinhais. São José dos Pinhais: Edição da autora, 2013.

MAROCHI, Maria Angélica. História e Memória: a busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. São José dos Pinhais: Edição do Autor, 2014.

MAROCHI, Maria Angélica. De Freguesia a Diocese: a trajetória da Igreja Católica em São José dos Pinhais, 1690-2007. Curitiba: Travessa dos Editores, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História São Paulo, PUC-SP, n. 10, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

PROUS, André. A Arqueologia Brasileira antes dos brasileiros. São Paulo: Editora Zahar, 2006.

QUEIROZ, Moema Nascimento. A Educação Patrimonial como instrumento de Cidadania. Revista Museu. Disponível em <www.revistamuseu.com.br/artigos>.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e turismo. In: Funari, P. Paulo et Pinsky (org). Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

SBRAVATI, Myriam. São José dos Pinhais (1776-1852): uma Paróquia Paranaense em estudo. 1980, 201p. Dissertação. Universidade Federal do Paraná – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil.

SILVA, Elsa Peralta. Patrimônio e Identidade: os desafios do Turismo Cultural. Revista Antropológicas, nº4, 2000. p.217-224.

SOUZA, Robson Max de O.; FERREIRA, André Silva. Iniciando a conversa. In.: SIMONI, Rosinalda Correa da Silva; SOUZA, Robson Max de O.; STUMPF, Paula Grohes Pfrimer Oliveira; FERREIRA, André Silva. (Orgs.). Estação Cultura: nos trilhos da Educação Patrimonial. Goiânia: Fundação Aroeira, 2017.

TURBANSKI, Stanislaw. Murici: terra nossa. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1978.

TYLOR, Edward,B. La Civilisation primitive, Paris,Reinwald 1871 1 ed.

Os textos conferem com os originais
e são de responsabilidade do autor

FUNDAÇÃO AROEIRA

Esta publicação foi elaborada pela
Fundação Aroeira